

1. De acordo com a Constituição da República, compete privativamente à União legislar sobre:
 - a) Segurança social, previdência social e telecomunicações.
 - b) Desapropriação, propaganda comercial e serviço postal.
 - c) Sistemas de consórcios e sorteios, educação e cultura.
 - d) Direito financeiro, direito urbanístico, trânsito e transporte.
 - e) Assistência judiciária, direito econômico, produção e consumo.

2. Assinale a alternativa **correta**, com fundamento na Constituição da República:
 - a) A criação de associações e de cooperativas depende de autorização por lei específica.
 - b) A sucessão de bens de estrangeiros situados no País será sempre regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros.
 - c) São cláusulas péticas a forma federativa do Estado; a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa; o voto direto, secreto, universal e periódico; a separação dos poderes e os direitos e garantias individuais.
 - d) O sigilo das comunicações telefônicas é inviolável, salvo por ordem judicial, nas hipóteses e forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.
 - e) Nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado em caso de crime político ou de opinião.

3. Considerando a Ordem Econômica e Financeira constante na Constituição da República, é **INCORRETO** afirmar:
 - a) A ordem econômica deverá observar os princípios da soberania nacional; propriedade privada; função social da propriedade; livre concorrência; defesa do consumidor; defesa do meio ambiente; redução das desigualdades regionais e sociais; busca do pleno emprego e tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras que tenham sua sede e administração no País.
 - b) O Estado favorecerá a organização da atividade garimpeira em cooperativas, levando em conta a proteção do meio ambiente e a promoção econômico-social dos garimpeiros.
 - c) A lei disciplinará, com base no interesse nacional, os investimentos de capital estrangeiro, incentivará os reinvestimentos e regulará a remessa de lucros.
 - d) Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob o regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.
 - e) Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e privado.

4. Assinale a alternativa que, de acordo com a Constituição da República, não é cargo privativo de brasileiro nato:
 - a) De Ministro do Supremo Tribunal Federal.
 - b) De Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
 - c) De oficial das Forças Armadas.
 - d) De Ministro de Estado da Defesa.
 - e) De Presidente da Câmara dos Deputados.

5. A respeito do processo de criação da MEDIDA PROVISÓRIA é **correto** afirmar:
 - a) A votação da medida provisória dar-se-á de forma conjunta pelas Casas do Congresso Nacional
 - b) Se o projeto de lei de conversão da medida provisória alterar o seu texto, suspender-se-á imediatamente sua vigência.
 - c) A Emenda Constitucional nº 32, de 11/09/2001, modificou radicalmente o processo de tramitação da medida provisória para sua conversão em lei, impedindo, inclusive, sua prorrogação.
 - d) A medida provisória tem a particularidade de nascer como diploma normativo pela tão só manifestação do Chefe do Executivo. A discussão é posterior. A aprovação converte a medida provisória em lei.
 - e) A regulamentação estabelecida na Emenda Constitucional nº 32/2001 se dirige àquelas medidas provisórias editadas antes e após sua promulgação.

6. Conforme a nossa estrutura federativa e o sistema de competências diz-se:
- I. No campo interno a União é apenas autônoma, como são autônomos os Estados-membros e os Municípios, cada qual dentro de sua área de competência.
 - II. Na nossa ordem constitucional prevaleceu a técnica do federalismo cooperativo, que se qualifica pela divisão de uma mesma matéria, em diferentes níveis, entre os diversos entes federativos.
 - III. Há casos em que prevalece a técnica da distribuição horizontal de competência, ou seja, de separação radical das competências dos entes federativos, em que cada qual exerce atribuições próprias.
 - IV. O centralismo é a regra, no sentido de que a predominância do Poder Central é tão extraordinária que a divisão de rendas põe os Estados a mendigar auxílios da União, sujeitando-os a verdadeiro suborno.
- a) Só as proposições II e III estão corretas.
 - b) Só a proposição I é correta.
 - c) Só a proposição I é incorreta.
 - d) Todas as proposições estão corretas.
 - e) Todas as proposições estão incorretas.
7. Sobre a Ação Declaratória de Constitucionalidade é **correto** afirmar:
- I. Introduzida por meio da Emenda Constitucional nº 3/93 à Constituição Federal, criou um novo mecanismo de controle concentrado da constitucionalidade dos atos normativos.
 - II. O pedido será juridicamente impossível quando se pretender a declaração de constitucionalidade de lei ou ato normativo estadual ou municipal.
 - III. A legitimidade ativa para propor a ação declaratória, nos termos constitucionais, é: a) do Presidente da República; b) da Mesa do Senado Federal; c) da Mesa da Câmara dos Deputados; d) do Procurador-Geral da República.
 - IV. Não é necessária a manifestação do Advogado-Geral, não precisando atuar como curador da lei, já que o objetivo da ação é reafirmar a constitucionalidade desta.
- a) Só a proposição II está incorreta.
 - b) Todas as proposições estão corretas.
 - c) Só a proposição I está correta.
 - d) Só as proposições I, III e IV estão corretas.
 - e) Todas as proposições estão incorretas.
8. Assinale a alternativa **INCORRETA**:
- a) Admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns.
 - b) Aos juízes é vedado exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério.
 - c) Somente o Supremo Tribunal Federal tem jurisdição em todo o território nacional.
 - d) O Conselho de Defesa Nacional é órgão de consulta do Presidente da República nos assuntos relacionados com a soberania nacional e a defesa do Estado democrático.
 - e) O Conselho Nacional de Justiça será presidido pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal, que votará em caso de empate, ficando excluído da distribuição de processos naquele tribunal.
9. São princípios que devem ser observados na atividade econômica:
- I. Propriedade privada e função social da propriedade.
 - II. Livre concorrência e defesa do consumidor.
 - III. Defesa do meio ambiente e redução das desigualdades regionais e sociais.
 - IV. Busca do pleno emprego e pluralismo político.
- a) Só a proposição I está correta.
 - b) As proposições I, II e III estão corretas.
 - c) Só a proposição II está incorreta.
 - d) Todas as proposições estão incorretas.
 - e) As proposições I, III e IV estão corretas.

10. Relativamente à usucapião especial de imóvel urbano (Lei n. 10.237/10.07.2001), assinale a alternativa **correta**:
- a) A usucapião de imóvel urbano será concedida apenas a quem não seja proprietário de outro imóvel urbano, podendo ser o usucapiente, entretanto, proprietário de área rural, desde que seja esta inferior a um módulo rural.
 - b) A sentença atribuirá a cada um dos compossuidores fração ideal idêntica, independentemente da área efetivamente ocupada por cada um deles.
 - c) Na sentença, de regra o juiz atribuirá a cada um dos compossuidores a área efetivamente ocupada.
 - d) A usucapião especial não pode ser requerida por uma coletividade de pessoas.
 - e) A usucapião especial de imóvel urbano pode ser invocada como matéria de defesa, não tendo esse reconhecimento, entretanto, eficácia como título hábil para fins de registro no Cartório de Imóveis.
11. Entre as alternativas abaixo, assinale aquela que é **INCORRETA**:
- a) Os bens adquiridos por filhos menores havidos fora do casamento e antes do reconhecimento pelo pai, no exercício do pátrio poder familiar, não ficam sujeitos ao usufruto e à administração paterna.
 - b) Os bens doados com cláusula de incomunicabilidade são excluídos da comunhão no regime de comunhão universal. Essa exclusão se estende aos frutos desses bens, ainda que se percebam ou vençam durante o casamento.
 - c) No regime de comunhão universal os proventos do trabalho pessoal de cada cônjuge são excluídos da comunhão.
 - d) No regime de comunhão parcial, os proventos do trabalho pessoal de cada um dos cônjuges não integram a comunhão.
 - e) Excluídos os pais da sucessão, os bens herdados pelos filhos menores, não ficam sob usufruto e administração paterna.
12. Dos enunciados abaixo, assinale a alternativa **INCORRETA**.
- a) As sebes vivas, as árvores ou plantas outras que servem de marco divisório, só podem ser cortadas de comum acordo entre os extremantes.
 - b) Nos condomínios de parede-meia, é lícito ao proprietário encostar nas paredes divisórias chaminés ordinárias e fogões de cozinha.
 - c) A passagem forçada é uma servidão imposta ao direito de propriedade.
 - d) O proprietário de fonte não captada não pode impedir o curso natural das sobras dessas águas.
 - e) O proprietário de um imóvel tem o direito de represar as águas em seu prédio, mediante a construção de barragens, açudes e outras sobras.
13. Com relação à ação civil pública (Lei n. 7.347/24.7,1985), assinale a alternativa **correta**:
- a) As autarquias não têm legitimidade para propô-la.
 - b) Nas ações civis públicas, a concessão de liminar tem como condicionante da validade a realização de justificativa prévia.
 - c) Em ação civil pública, a multa cominada liminarmente se torna exigível a partir da intimação da parte requerida.
 - d) É admissível a formação de litisconsórcio facultativo entre os Ministérios Públicos da União e dos Estados, na defesa dos direitos de que cuida a Lei n. 7.347.
 - e) A sentença proferida em ação civil pública só faz coisa julgada 'inter' partes.

14. Quanto aos direitos autorais e edição, tratados na Lei n. 9.610, de 19.2.1998, indique a alternativa **INCORRETA**:
- a) Aquele que adapta, traduz, arranja ou orquestra obra caída no domínio público, adquire os direitos de autor.
 - b) Os programas de computador são considerados, para os fins de proteção legal, obras intelectuais.
 - c) Os direitos autorais reputam-se, para os legais, bens móveis.
 - d) As obras subvencionadas pelo Município passam a integrar o domínio deste.
 - e) Para efeitos de direitos autorais, considera-se contrafação a reprodução não autorizada de determinada obra.
15. Assinale a alternativa **correta**:
- a) No contrato com pessoa a declarar, a aceitação da pessoa indicada no momento da conclusão negocial, produzirá efeitos mesmo quando externada de forma diversa daquela utilizada para a efetivação do contrato.
 - b) No contrato com pessoa a declarar, se a pessoa indicada recusar-se a aceitar a indicação, o contrato não terá qualquer eficácia.
 - c) A inscrição no registro competente é pressuposto do direito à exigibilidade da feitura do contrato definitivo, quando não contenha ele cláusula de arrependimento.
 - d) Nos contratos aleatórios de coisas futuras, ainda que tenha o adquirente tomado a si o risco de virem a existir em qualquer quantidade, terá o alienante direito ao preço total, se não houver concorrência de culpa sua.
 - e) Nos contratos aleatórios, é vedada a inclusão de cláusula de assunção, pelo alienante, do risco de não vir a coisa a existir.
16. Assinale a alternativa **INCORRETA**:
- a) A autorização dos pais para o casamento de menores com dezesseis anos de idade, uma vez dada é irreversível.
 - b) Como regra geral, a convivência pública, contínua e duradoura de pessoas impedidas de casar, mesmo quando existente o objetivo de constituir família, não caracteriza a união estável.
 - c) As causas suspensivas do casamento (art. 1.523, CC/2002), não impedem a caracterização da união estável.
 - d) É apenas anulável o casamento realizado por autoridade incompetente.
 - e) A exemplo do que ocorre no casamento, na união estável a fidelidade é dever a ser obedecido pelos conviventes.
17. No referente à evicção, assinale a alternativa **INCORRETA**:
- a) O evicto tem direito a obter, do alienante, o valor das benfeitorias necessárias ou úteis que não lhes foram abonadas.
 - b) Se não considerável a evicção parcial somente terá o evicto direito à indenização.
 - c) A aquisição do bem em hasta pública não é excludente da evicção.
 - d) A responsabilidade pela evicção não se aplica às coisas adquiridas a título gratuito.
 - e) Mesmo que não considerável a evicção parcial, é facultado ao evicto optar pela rescisão do contrato.
18. Assinale a alternativa **correta**:
- a) Todos os que atuam no processo, inclusive peritos e advogados, têm deveres que, se descumpridos, implicam na imposição de sanções, dentre as quais multa de no máximo 20% do valor da causa, aplicada pelo juiz e que reverte à União, ao Estado e ao Município proporcionalmente.
 - b) O juiz, ao decidir qualquer incidente ou recurso, condenará o vencido nas despesas e nos honorários respectivos.
 - c) O litigante de má-fé fica sujeito a indenizar a parte contrária pelos prejuízos sofridos em quantia que não pode exceder a 20% do valor da causa.
 - d) O vencedor pode ser condenado como litigante de má-fé, mas nem por isso será condenado ao pagamento de despesas processuais e honorários advocatícios.
 - e) Havendo vários réus que retem vencidos na causa, as despesas processuais e os honorários advocatícios serão rateados entre todos os vencidos, igualitariamente e solidariamente, independentemente da proporção do sucumbimento de cada um.

19. É **correto** afirmar:

- a) A ação declaratória incidental pode ser promovida apenas pelo réu, cabendo ao autor, se desejar ver declarada existência de relação jurídica acessória, incluir na inicial pedido declaratório adjeto.
- b) Nos termos do Código de Processo Civil, as providências preliminares são as que o juiz deve tomar antes de ordenar a citação.
- c) O juiz pode, em determinados casos, proferir sentença de mérito assim que receber a inicial, liminarmente, sem ouvida do réu.
- d) Quando o pedido for determinado, tanto as partes quanto o Ministério Público têm interesse de apelar alegando o vício da sentença ilíquida, por se tratar de questão de ordem pública.
- e) A reconvenção é possível nos processos que tenham iniciado sob o procedimento ordinário, mas não naqueles de procedimento especial convertido, posteriormente, a ordinário, como, por exemplo, a ação monitória.

20. É **correto** afirmar:

- a) A conexão é examinada através de dois dos elementos identificadores da ação: as partes e o pedido.
- b) O direito de consultar os autos de processo em geral, no cartório, é restrito às partes e aos seus advogados, que tenham procuração nos autos.
- c) Ocorrendo conexão ou continência, os processos devem ser necessariamente reunidos.
- d) Deve o juiz mandar anotar na distribuição a reconvenção, a intervenção de terceiro, a ação declaratória incidental e o incidente de impugnação ao valor da causa.
- e) É possível a distribuição por dependência de um novo feito em relação a outro já extinto.

21. É **correto** afirmar:

- a) O juiz de primeiro grau deve examinar a tempestividade, o preparo, o cabimento do recurso, o interesse e a legitimidade recursal ao receber apelação.
- b) O prazo para litisconsortes com procuradores diferentes interporem recurso é contado em dobro, independentemente do conteúdo da decisão em relação a cada um.
- c) O juiz de primeiro grau não deve receber a apelação quando a sentença estiver em conformidade com súmula ou com jurisprudência dominante dos tribunais superiores ou do tribunal a que estiver vinculado.
- d) Se o pedido for certo e determinado, mas a sentença ilíquida, qualquer das partes pode interpor recurso para reclamar a nulidade.
- e) O juiz de primeiro grau pode efetuar juízo de mérito na apelação quando a sentença recorrida é de indeferimento da inicial ou quando baseada em súmula vinculante.

22. É **correto** afirmar:

- a) As partes sempre têm direito de assistir à inspeção judicial.
- b) Em razão da garantia contra a autoincriminação, não se podem aproveitar as partes da confissão contrárias ao interesse do confitente.
- c) Em respeito ao princípio da verdade real, o juiz pode determinar a retirada das partes e dos advogados da sala de audiências quando tiver de tomar depoimentos em segredo de justiça, nela permanecendo apenas o serventuário e o representante do Ministério Público.
- d) Sendo o juiz da causa arrolado como testemunha, deve se afastar do processo.
- e) Enquanto as testemunhas prestam depoimento, as partes não podem permanecer na sala de audiência.

23. É **correto** afirmar:

- a) O efeito preclusivo da coisa julgada ocorre sempre que esgotado o prazo da ação rescisória.
- b) A sentença pode constituir hipoteca judiciária quando condenar o réu a prestação de coisa ou dinheiro e desde que haja pedido do autor nesse sentido.
- c) Condenado o devedor a emitir declaração de vontade, a sentença deve conter a imposição de multa diária para o caso de descumprimento e sua execução se fará por quantia certa, com multa de 10% (dez por cento).
- d) A complementação da contestação já apresentada é possível desde que feita ainda dentro do prazo de resposta.
- e) A resolução de questões prejudiciais incidentalmente no processo, por juiz competente em razão da matéria, somente fará coisa julgada material se houver pedido por meio de ação declaratória incidental.

24. É **correto** afirmar:

- a) A incompetência territorial do juízo pode ser reconhecida de ofício em casos de contrato de consumo ou de previsão expressa na lei como, por exemplo, a residência do alimentando para a ação de alimentos ou o domicílio do devedor para a ação de anulação de títulos extraviados.
- b) Suscitado o conflito de competência, fica suspenso o processo.
- c) A citação por edital e a citação por hora certa dependem de autorização, por despacho do juiz.
- d) Na citação por hora certa o escrivão deve enviar ao citando comunicação pelo correio, mas o prazo de resposta tem início com a juntada aos autos do mandado, independentemente de retorno do aviso de recebimento do ofício.
- e) A contestação e a reconvenção, no procedimento sumário, podem ser escritas ou orais, mas se forem escritas, devem ser apresentadas em peças distintas.

25. É **correto** afirmar:

- a) O cumprimento da sentença que tenha por objeto entrega de coisa admite impugnação no prazo de quinze dias, contado do depósito.
- b) O cumprimento de sentença será efetuado perante o juízo que processou a causa no primeiro grau ou perante o juízo em que houver bens sujeitos à expropriação.
- c) O juiz pode ordenar a realização de praça ou leilão em execução provisória, independentemente de caução, se apenas houver pendente recurso especial e/ou recurso extraordinário.
- d) A impugnação, na execução de sentença, pode ser apresentada independentemente de segurança do juízo.
- e) Em ações que incluam prestação de alimentos decorrentes de ato ilícito, é vedada a alteração do valor da prestação após o trânsito em julgado, ao contrário das ações de alimentos decorrentes de parentesco.

26. Narra a denúncia que, em festa de comissão de formatura, a vítima foi jogada dentro da piscina por seus colegas, assim como tantos outros que estavam presentes, ocasionando seu óbito, por afogamento, em virtude da ingestão de substâncias psicotrópicas. Os membros da comissão de formatura foram denunciados pela suposta prática do crime de homicídio culposo, apesar de nenhum deles ter sido apontado como sendo a pessoa que jogou a vítima na piscina (HC nº 46525/MT, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, j. 21.03.2006). Segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça, a respeito da relação de causalidade, é **correto** afirmar:

- I. Há nexo de causalidade na ação de cada membro da comissão de formatura e o resultado morte produzido.
- II. A vítima afogou-se em virtude de ingestão de substâncias psicotrópicas, o que caracteriza uma autocolocação em risco, excludente da responsabilidade criminal, pois ausente o nexo causal.
- III. Aplica-se ao caso a teoria da imputação objetiva, porque não demonstrada na denúncia a criação, pelos membros da comissão de formatura, de uma situação de risco não permitido.
- IV. A conduta dos membros da comissão de formatura, do modo como foi narrada na denúncia, é atípica.
- V. O fato narrado na denúncia é típico, antijurídico e culpável.

Está (ão) **correta (s)**:

- a) As proposições II, III e IV estão corretas.
- b) Somente a proposição III está incorreta.
- c) Somente a proposição I está correta.
- d) Somente a proposição II está correta.
- e) As proposições I e V estão corretas.

27. Joãozinho foi flagrado pescando dentro da Reserva Biológica e Marinha do Arvoredo, porém em área limítrofe ao “Saco do Capim”, local permitido para a pesca. Sem fazer jus a suspensão condicional do processo, foi denunciado pela suposta prática do crime previsto no artigo 34, *caput*, da Lei nº 9.605/98. Considerando que o local interdito para a pesca é delimitado por linhas imaginárias de difícil localização e que o denunciado imaginava pescar fora da área proibida, é correto afirmar:

- I. O denunciado incorreu em erro de tipo essencial invencível.
- II. O denunciado incorreu em erro de tipo essencial vencível.
- III. O denunciado incorreu em erro de proibição inevitável.
- IV. O denunciado incorreu em erro de proibição evitável.
- V. Em caso de condenação, Joãozinho terá sua pena reduzida de um terço a dois terços.

Está (ão) **correta (s)**:

- a) Somente a proposição II está correta.
- b) Somente a proposição IV está correta.
- c) Somente a proposição III está correta.
- d) As proposições IV e V estão corretas.
- e) Somente a proposição I está correta.

28. Na comarca da capital, Guiga foi denunciado pela suposta prática do crime de furto tentado, qualificado pelo concurso de pessoas, por fato ocorrido em 1º de abril de 2002. A denúncia foi recebida em 3 de maio de 2003. No curso da instrução, descobriu-se que seu irmão Zizo, à época, com 19 (dezenove) anos, o teria auxiliado na subtração da *res furtiva*, o que ensejou o aditamento da petição inicial criminal, recebido em 4 de abril de 2007, apenas para inclusão do co-réu. Encerrada a formação da culpa, foram condenados à pena de 1 (um) ano e 8 (oito) meses de reclusão e ao pagamento de 3 (três) dias-multa. A sentença condenatória foi publicada no dia 4 de julho de 2007. Os réus apelaram por cota nos autos, enquanto o representante do Ministério Público não recorreu. Sob o enfoque penal, é correto afirmar:

- I. A punibilidade está extinta pela ocorrência da prescrição, na modalidade retroativa, em relação ao acusado Zizo.
- II. O recebimento da denúncia em face de Guiga é marco interruptivo da prescrição, produzindo efeitos também ao seu irmão Zizo.
- III. O aditamento à denúncia no tocante a Zizo é causa interruptiva da prescrição, não estando, portanto, extinta a punibilidade.
- IV. O aditamento da denúncia para inclusão do co-réu é causa interruptiva da prescrição em relação aos dois acusados.
- V. O aditamento da denúncia para inclusão do co-réu não é causa interruptiva da prescrição.

Está (ão) **correta (s)**:

- a) Somente a proposição III está incorreta.
- b) Somente as proposições I e II estão corretas.
- c) As proposições III e V estão corretas.
- d) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- e) As proposições I, II e V estão corretas.

29. De acordo com o princípio da supremacia da Constituição, no tocante à posse de droga para consumo pessoal, com o advento da Lei de Drogas nº 11.343/06, é correto afirmar:

- I. Houve descriminalização.
- II. Houve legalização.
- III. Houve despenalização.
- IV. Houve *abolitio criminis*.
- V. O fato ainda é crime.

Está **correta**:

- a) Somente a proposição II está correta.
- b) Somente a proposição IV está correta.
- c) Somente a proposição V está correta.
- d) Somente a proposição I está correta.
- e) Somente a proposição III está correta.

30. Os crimes antecedentes constituem elementos integrativos do crime de “lavagem” de dinheiro. São tipos penais antecedentes para fins de caracterização, em tese, dos crimes previstos no artigo 1º da Lei nº 9.613/98:

- I. Tráfico de influência, corrupção ativa e contrabando.
- II. Resistência, desobediência e desacato.
- III. Tráfico de maquinismo para a produção de substância entorpecente.
- IV. Atos de improbidade administrativa.
- V. Quadrilha ou bando.

São **corretas**:

- a) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
- b) As proposições I, III e V estão corretas.
- c) As proposições I e II estão corretas.
- d) As proposições I, II e V estão corretas.
- e) Somente as proposições I e III estão corretas.

31. João descarrega todos os tiros de seu revólver na vítima, que não é atingida, nem vem a sofrer qualquer lesão. Sobre as formas de tentativa, é correto afirmar:

- I. É caso de tentativa imperfeita.
- II. É caso de tentativa perfeita.
- III. É caso de tentativa branca.
- IV. É caso de tentativa cruenta.
- V. É caso de tentativa incruenta.

Está (ão) **correta (s)**:

- a) As proposições II e IV estão corretas.
- b) As proposições II, III e V estão corretas.
- c) Somente a proposição I está correta.
- d) Somente a proposição V está correta.
- e) As proposições I e V estão corretas.

32. José é denunciado pela suposta prática de crime contra ordem tributária, por fato ocorrido em 9 de dezembro de 1994. Antes do recebimento da denúncia, em razão de parcelamento do débito fiscal, mediante acordo homologado, promoveu o pagamento de apenas uma parcela, sem o recolhimento das demais. É correto afirmar:

- I. A punibilidade está extinta pelo parcelamento da dívida antes do recebimento da denúncia, segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça.
- II. A pretensão punitiva ficou suspensa apenas durante o pagamento da primeira parcela.
- III. A extinção da punibilidade ocorrerá apenas com o pagamento integral do débito, a qualquer tempo.
- IV. O pagamento da parcela acarreta a novação da dívida, o que impede o recebimento da denúncia.
- V. O despacho que receber a denúncia é impugnável pela ação de *habeas corpus*.

Está (ão) **correta (s)**:

- a) As proposições II e III estão corretas.
- b) As proposições I, IV e V estão incorretas.
- c) As proposições I, IV e V estão corretas.
- d) Somente a proposição V está correta.
- e) As proposições II e III estão incorretas.

33. Sobre a responsabilidade penal da pessoa jurídica nos crimes ambientais, é correto afirmar:

- I. Encontra amparo constitucional e legal.
- II. Em julgamento inédito, a Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça já responsabilizou penalmente empresa por crime ambiental, ao dar provimento a recurso especial do Ministério Público de Santa Catarina.
- III. A Primeira e Segunda Câmaras Criminais do Tribunal de Justiça Catarinense divergem quanto à possibilidade de responsabilizar penalmente a pessoa jurídica.
- IV. A doutrina é pacífica ao aceitar a responsabilização penal da pessoa jurídica.
- V. É admissível a responsabilidade penal objetiva.

Estão **corretas**:

- a) As proposições II, III e IV estão incorretas.
- b) As proposições I, II, III e V estão incorretas.
- c) As proposições II e III estão incorretas.
- d) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
- e) Somente as proposições I, II, III e V estão corretas.

34. Sobre o Tribunal do Júri, é incorreto afirmar:

- I. O corpo de jurados é composto por sete pessoas, enquanto o conselho de sentença é integrado por vinte e uma. Ocorre o denominado “estouro de urna”, previsto no §1º do artigo 459 do Código de Processo Penal, se faltarem jurados para a formação do conselho de sentença, resultante das recusas ou das suspeições.
- II. O excesso de linguagem ou a “eloquência acusatória” da pronúncia, como também é chamado, acarreta a nulidade absoluta da decisão, em razão da influência que exerce sobre os jurados, em nítida ofensa aos princípios da imparcialidade e o da motivação das decisões.
- III. Na segunda fase do rito processual, acusação e defesa poderão arrolar até cinco testemunhas para cada fato narrado na denúncia, segundo corrente doutrina e jurisprudencial, que poderão ser ouvidas em caráter de imprescindibilidade, a teor do artigo 455 do Código de Processo Penal.
- IV. O artigo 408, §1º, do Código de Processo Penal, trata da “sentença de pronúncia”. Porém, tal decisão é de natureza interlocutória mista não terminativa.
- V. Ocorre a chamada “dúvida aritmética”, quando o resultado da votação é quatro votos a três, condenando o réu por maioria simples de votos. Neste caso, há apenas 57,14% de convencimento.

Está (ão) **INCORRETA (s)**:

- a) Somente as proposições I, III e IV estão incorretas.
- b) Somente a proposição I está incorreta.
- c) Somente as proposições II e V estão incorretas.
- d) Somente a proposição III está incorreta.
- e) Somente as proposições I e V estão incorretas.

35. Assinale a alternativa correta:

- I. No direito penal brasileiro, há apenas um caso de ação penal de iniciativa privada personalíssima.
- II. A ação penal no crime de assédio sexual é, em regra, de iniciativa privada.
- III. O aditamento próprio pessoal da denúncia consiste, por exemplo, na inclusão de co-réu.
- IV. O juiz competente para processar a prática de crime de roubo contra o Banco do Brasil é da Justiça Comum Estadual, enquanto o da Empresa de Correios e Telégrafos é da Justiça Comum Federal.
- V. A competência de foro é territorial e, portanto, relativa, o que autoriza o juiz a reconhecê-la de ofício.

Estão **corretas**:

- a) Somente as proposições III, IV e V estão corretas.
- b) Somente as proposições II, III, IV e V estão corretas.
- c) Somente as proposições I, II e III estão corretas.
- d) Somente as proposições III e IV estão incorretas.
- e) Todas as proposições estão corretas.

36. Da decisão que, como medida cautelar, decretar a suspensão da permissão ou da habilitação para dirigir veículo automotor, ou indeferir o requerimento do Ministério Público, é correto afirmar:

- I. Caberá recurso, no sentido estrito, sem efeito suspensivo.
- II. Caberá recurso, no sentido estrito, sem efeito suspensivo, sendo, porém, intempestivo se interposto antes da publicação da decisão, segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.
- III. Caberá recurso, no sentido estrito, com efeito suspensivo.
- IV. Caberá recurso de apelação (supletiva), sem efeito suspensivo (artigo 593, inciso II, do Código de Processo Penal).
- V. Caberá recurso de apelação (supletiva), com efeito suspensivo (artigo 593, inciso II, do Código de Processo Penal).

Está (ão) **correta (s)**:

- a) Somente as proposições I e II estão corretas.
- b) Somente a proposição II está correta.
- c) Somente a proposição III está correta.
- d) Somente a proposição V está correta.
- e) Somente a proposição IV está correta.

37. João é denunciado e absolvido da suposta prática do crime de furto qualificado. Segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça, o prazo para o Ministério Público recorrer, começa a fluir a partir da:

- I. Data em que o processo der entrada no protocolo administrativo do órgão.
- II. Quando apor o ciente nos autos.
- III. Publicação da sentença condenatória no Diário de Justiça.
- IV. Intimação pessoal em gabinete.
- V. Quando o escrivão anotar a vista dos autos no livro carga.

Está **correta**:

- a) Somente a proposição II está correta.
- b) Somente a proposição III está correta.
- c) Somente a proposição IV está correta.
- d) Somente a proposição I está correta.
- e) Somente a proposição V está correta.

38. É correto afirmar:

- I. A polícia não poderá ingressar na residência de um casal quando um dos cônjuges discordar.
- II. Segundo entendimento jurisprudencial, somente é cabível mandado de segurança com o fim de trancar ação penal ou investigação criminal na qual figure como acusada ou indiciada pessoa jurídica.
- III. O artigo 158 do Código de Processo Penal exige exame de corpo de delito nas infrações que deixam vestígios, o que significa dizer que adotou o sistema da prova tarifada.
- IV. No Juizado Especial Criminal, o réu é interrogado depois da oitiva das testemunhas de acusação e de defesa.
- V. A fiança poderá ser prestada em qualquer termo do processo, enquanto não transitar em julgado a sentença condenatória.

Estão **corretas**:

- a) Somente as proposições I, IV e V estão corretas.
- b) As proposições II, III e V estão incorretas.
- c) Somente as proposições II, IV e V estão corretas.
- d) Todas as proposições estão corretas.
- e) As proposições III e V estão incorretas.

39. É correto afirmar:

- I. Nos crimes ambientais, é vedado o oferecimento de denúncia genérica que narra conduta, em tese, criminoso, quando o suposto autor do fato integra apenas o contrato social, segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.
- II. A competência para processar e julgar a prática de crime ambiental é, em regra, da Justiça Estadual.
- III. No caso de crime ambiental, a competência da Justiça Estadual é fixada quando o interesse da União se manifestar de forma genérica no caso penal.
- IV. Sem prova de que a floresta desmatada é de preservação permanente, não há crime ambiental.
- V. A Justiça Federal é competente para processar e julgar crime ambiental no caso de abatimento de um tatu-carreta, espécie ameaçada de extinção, porque atrai interesse direto e específico de autarquia federal.

Estão **corretas**:

- a) As proposições I e V estão incorretas.
- b) Todas as proposições estão corretas.
- c) Somente as proposições II e III estão corretas.
- d) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
- e) Somente a proposição I, III e V estão incorretas.

40. A conduta do réu que intercepta uma ligação telefônica, sem ordem judicial, com o fim de demonstrar sua inocência no processo criminal é amparada pelo Direito? Considerando que a Constituição da República proíbe as provas obtidas por meios ilícitos, é correto afirmar:

- I. O réu praticou o fato em estado de necessidade justificante.
- II. O réu praticou o fato em legítima defesa.
- III. O réu praticou o fato em estrito cumprimento de dever legal.
- IV. O réu praticou o fato no exercício regular de direito.
- V. O réu praticou o crime de interceptação telefônica.

Está **correta**:

- a) Somente a proposição IV está correta.
- b) Somente a proposição I está correta.
- c) Somente a proposição V está correta.
- d) Somente a proposição III está correta.
- e) Somente a proposição II está correta.

41. A revisão criminal pode produzir os seguintes efeitos:

- I. Alterar a classificação da infração penal.
- II. Absolver o réu.
- III. Modificar a pena.
- IV. Anular o processo.
- V. Proibir a *reformatio in pejus*.

Está (ão) **correta (s)**:

- a) Somente as proposições II, III, IV e V estão corretas.
- b) Somente a proposição I está incorreta.
- c) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições II, III e V estão corretas.
- e) Todas as proposições estão corretas.

42. Sobre o Regime Disciplinar Diferenciado, é correto afirmar:

- I. Segundo parte da doutrina, o regime representa o tratamento desumano de determinado tipo de autor de crime, diferenciando cidadãos e “inimigos”, na lição de Günther Jakobs, com seu “Direito Penal do Inimigo”.
- II. Parte da doutrina critica o regime por violar os princípios da humanidade e o da legalidade penal, pois criou uma sanção penal cruel e desumana sem tipo penal definido correspondente, ao prever isolamento celular de 360 (trezentos e sessenta) dias, prorrogável por igual período.
- III. A prática de fato previsto como crime doloso no interior do sistema prisional constitui fundamento ou pressuposto do instituto.
- IV. São conseqüências que justificam a inclusão no regime: (a) ocasionar subversão da ordem ou disciplina interna; (b) apresentar alto risco para a ordem e a segurança do estabelecimento penal ou da sociedade; (c) haver fundadas suspeitas de envolvimento ou participação, a qualquer título, em organizações criminosas, quadrilha ou bando.
- V. Segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça, o legislador, ao instituir tal regime, atendeu o princípio da proporcionalidade, considerando-se que os princípios fundamentais previstos na Constituição da República não são ilimitados (princípio da relatividade ou conveniência das liberdades públicas).

Estão **corretas**:

- a) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
- b) Todas as proposições estão corretas.
- c) Somente as proposições II, III, IV e V estão corretas.
- d) Todas as proposições estão incorretas.
- e) Somente as proposições I e V estão incorretas.

43. Após o julgamento de recurso de embargos declaratórios em apelação criminal, Antônio teve sua pena corporal e de multa mantida, com redução apenas do tempo de cumprimento da prestação de serviços à comunidade e o valor da prestação pecuniária, em razão da substituição imposta pelo juízo de primeiro grau, que condicionou o início do cumprimento das reprimendas ao trânsito em julgado da sentença penal condenatória, porque ausentes os fundamentos e requisitos da prisão preventiva. Não houve recurso da acusação. Interpostos recursos especial e extraordinário pela defesa, em contra-razões, o Ministério Público de Segundo Grau, requereu o início do cumprimento das penas restritivas de direitos e do pagamento da pena de multa. Em despacho de admissibilidade dos recursos, o Vice-Presidente do Tribunal de Justiça acatou os requerimentos do *Parquet*, pois os recursos interpostos não têm efeito suspensivo. Conforme entendimento dos Tribunais Superiores é correto afirmar:

- I. É admissível apenas a execução provisória da pena de multa.
- II. É admissível apenas a execução provisória da pena de prestação pecuniária.
- III. É admissível apenas a execução provisória da pena de prestação de serviços à comunidade.
- IV. A execução das penas restritivas de direitos e de multa somente pode ser iniciada após o trânsito em julgado da condenação.
- V. Não pode o Tribunal *a quo*, em recurso exclusivo da defesa, determinar a execução provisória do julgado, sob pena de *reformatio in pejus*.

Está (ão) **correta (s)**:

- a) Somente a proposição I está incorreta.
- b) Somente as proposições I, IV e V estão corretas.
- c) Somente a proposição II está incorreta.
- d) Somente a proposição III está incorreta.
- e) Somente as proposições IV e V estão corretas.

44. Sobre a prisão domiciliar, é correto afirmar:

- I. É espécie do gênero aberto.
- II. Também é conhecida como prisão-albergue.
- III. Somente se admitirá, em princípio, o recolhimento do beneficiário submetido ao regime semi-aberto ou aberto, quando se tratar de condenado maior de 70 (setenta) anos ou acometido de grave doença e de condenada com filho menor ou deficiente físico ou mental ou de condenada gestante.
- IV. A Lei de Execução Penal prevê, taxativamente, as hipóteses em que é possível a sua concessão.
- V. Segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, admite-se, excepcionalmente, a concessão da medida quando demonstrado que o tratamento médico prestado no estabelecimento prisional é inadequado ou ineficiente.

Estão **corretas**:

- a) As proposições II, III e IV estão corretas.
- b) As proposições I, II, III e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições II e V estão incorretas.
- d) As proposições I, IV e V estão corretas.
- e) Somente as proposições I e V estão incorretas.

45. Assinale a alternativa **correta**.

- a) A única regra admissível para interpretação das normas de processo penal militar é a literal ou gramatical, vez que devem prevalecer os princípios da hierarquia e disciplina no Direito Castrense.
- b) O Programa Federal de Assistência e Proteção às Vítimas e Testemunhas, previsto na Lei n. 9.807 de 13/07/1999, não pode ser aplicado em casos de investigações criminais militares e nos processos penais militares.
- c) O Conselho Especial de Justiça funciona durante um trimestre e tem competência para processar e julgar militares que não sejam oficiais.
- d) A Justiça Militar dos Estados e do Distrito Federal não possui competência para apreciar os crimes dolosos contra a vida praticados por militares (policiais e bombeiros militares dos Estados e do Distrito Federal) quando a vítima for civil.
- e) O Código de Processo Penal Militar não impõe ao juiz de direito, com atuação na Justiça Militar, prazo para se manifestar sobre a denúncia, portanto incabível e impertinente qualquer medida judicial contra eventual omissão por parte do togado.

46. Assinale a alternativa **correta**.
- a) No processo penal militar quando ocorrer uma questão prejudicial séria e fundada sobre o estado civil do agente não haverá necessidade da suspensão do processo, vez que o feito deverá tramitar de forma célere.
 - b) A competência para processar e julgar os militares dos Estados e do Distrito Federal (policiais militares e bombeiros militares) quando praticarem crimes militares contra as Forças Armadas será da Justiça Militar da União.
 - c) Nos casos de concurso de crimes (comuns e militares) a competência para processá-los e julgá-los será da Justiça Castrense, haja vista a especialização desse Órgão.
 - d) A Justiça Militar dos Estados e do Distrito Federal possui competência para processar e julgar integrantes das Forças Armadas quando praticarem crimes contra seus policiais militares ou bombeiros militares.
 - e) Nos casos de pedido ou incidente de restituição de coisas apreendidas, o Código de Processo Penal Militar não prevê a necessidade da manifestação do Órgão do Ministério Público.
47. Assinale a alternativa **correta**.
- a) O civil poderá ser co-autor do crime de insubordinação previsto no Código Penal Militar.
 - b) Aos condenados pela Justiça Castrense são aplicados os comandos previstos na Lei de Execução Penal (Lei n. 7.210/84) independentemente do estabelecimento prisional a que estejam recolhidos.
 - c) O princípio da fungibilidade dos recursos é admissível em sede de direito processual penal militar.
 - d) Consoante as regras de Direito Penal e Processual Penal Militar o Ministério Público poderá oferecer aditamento à denúncia desde que o faça antes do interrogatório do acusado.
 - e) No âmbito do direito penal militar somente será admitida ação penal de iniciativa privada nos crimes contra a honra.
48. Referentemente à inversão do ônus da prova, considerando-se a interpretação jurisprudencial majoritária, assinale a alternativa **correta**:
- a) A inversão do ônus da prova é regra de julgamento.
 - b) A inversão do ônus da prova é regra de procedimento.
 - c) A inversão do ônus da prova abrange o pagamento, pelo demandado, dos custos de eventual perícia.
 - d) A inversão do ônus da prova implica na concessão automática, ao consumidor, da gratuidade judicial.
 - e) A invocação do direito à inversão do ônus da prova tem como pressuposto básico a concomitante incidência dos requisitos da verossimilhança das alegações da parte autora e da sua hipossuficiência.
49. Assinale, com relação aos direitos básicos do consumidor, a alternativa **INCORRETA**.
- a) A proteção contra métodos comerciais coercitivos é prevista pelo CDC como direito básico do consumidor.
 - b) É direito básico do consumidor a efetiva prevenção de danos patrimoniais e morais, sejam eles individuais, coletivos ou difusos.
 - c) Para a modificação ou revisão das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais, tornando-as excessivamente onerosas, não se faz necessário que o fato superveniente seja imprevisível.
 - d) É direito básico do consumidor a informação sobre os riscos apresentados por produtos colocados no mercado.
 - e) Não é direito básico do consumidor a adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral, vez que as relações dos indivíduos com o Poder Público escapam da órbita de incidência do CDC.

50. Assinale a alternativa **correta**:

- a) No regime do CDC, a simples inatividade da pessoa jurídica, ainda que decorrente de má administração, não é causa de desconsideração da personalidade jurídica, já que essa desconsideração condiciona-se à falência da sociedade empresária.
- b) No regime do CDC, as sociedades coligadas só respondem solidariamente pelas obrigações decorrentes da lei consumerista quando agirem com culpa.
- c) No regime do CDC, as sociedades consorciadas à infratora não respondem solidariamente pelas obrigações decorrentes da lei consumerista.
- d) No regime do CDC, mesmo que a personalidade da sociedade empresária constitua-se em obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores, não se admite a desconsideração dessa personalidade.
- e) As sociedades controladas por aquela que causou danos aos consumidores não são subsidiariamente responsáveis pelo ressarcimento dos prejuízos.

51. Indique a alternativa **INCORRETA**:

- a) O consumidor que recebe produtos que não foram solicitados fica obrigado ao pagamento, caso não os devolva no prazo de 30 dias ou caso não os coloque, no mesmo prazo, à disposição do fornecedor, pena de pactuar-se com um enriquecimento sem causa.
- b) Ainda que cessada a fabricação ou a importação de determinado produto, o fabricante ou importador deverá assegurar ao consumidor, por prazo razoável, a oferta das peças de reposição ou de seus componentes.
- c) É abusiva a cláusula contratual que determine a utilização obrigatória de arbitragem.
- d) O consumidor que liquida antecipadamente o débito de sua responsabilidade tem direito à redução proporcional dos juros e demais acréscimos do débito.
- e) O acesso às informações constantes dos cadastros de órgãos públicos de defesa do consumidor é facultado, não só aos consumidores, como também a qualquer interessado.

52. Em relação à duplicata, assinale a opção **INCORRETA**:

- a) A ação de um dos coobrigados contra os demais prescreve em um ano.
- b) A ação contra o sacado e seus avalistas prescreve em três anos.
- c) Em se tratando de duplicata endossada, tem o endossatário o prazo de 30 dias, a contar da data do vencimento do título, para efetivar o protesto, assegurando, assim, o direito de regresso contra os endossantes e seus avalistas.
- d) A ação do sacador contra os coobrigados-endossantes e seus avalistas prescreve em um ano.
- e) O protesto por indicação da duplicata não é forma de suprir a falta de aceite do título e nem a sua ausência.

53. Com relação às debêntures, assinale a alternativa **correta**.

- a) Debêntures não são títulos causais.
- b) Debêntures podem ser emitidas exclusivamente pelas sociedades anônimas, pelas sociedades por quotas de responsabilidade limitada e pelas sociedades em comandita por ações.
- c) As debêntures atribuem aos seus portadores um direito de participação na sociedade que as emitiu.
- d) As debêntures têm como finalidade específica a captação de recursos.
- e) As debêntures jamais poderão ser convertidas em ações da sociedade empresária que as emitiu.

54. Assinale a alternativa **correta**:

- a) A cédula hipotecária pode ser transmitida tanto por endosso em branco como por endosso em preto.
- b) A cédula hipotecária não é título necessariamente causal.
- c) A cédula hipotecária só admite transmissão por endosso em preto.
- d) A cédula hipotecária não traduz uma obrigação de pagamento, mas sim uma obrigação de entregar determinado produto.
- e) A cédula hipotecária admite circulação ao portador.

55. Assinale, quanto ao CHEQUE, a alternativa **INCORRETA**:
- a) O sacado não pode ser responsabilizado pela obrigação decorrente de cheque emitido sem suficiente provisão de fundos.
 - b) Emitido o cheque contra conta bancária conjunta, só é responsável pelo seu pagamento o correntista que o emitiu, não prevalecendo, em tal hipótese, o princípio da solidariedade.
 - c) A prescrição do cheque pós-datado começa a fluir, não da data lançada como a de sua emissão, mas da de sua apresentação ao sacado, quando esta for precedente àquela.
 - d) O cheque pré-datado (ou pós-datado) pode ser pago quando apresentado ao sacado em data diversa do de sua emissão.
 - e) Ainda que apresentado fora do prazo previsto em lei, o cheque viabiliza ao seu portador o direito de regresso contra os endossantes e seus avalistas.
56. No referente à proteção do direito de marcas, assinale a alternativa **correta**:
- a) É indispensável que a marca seja notória para que afigure ela de proteção legal.
 - b) No direito marcário, o princípio da especialidade não é absoluto.
 - c) No direito marcário, o princípio da especialidade afasta a possibilidade de empresas, ainda que diversas as suas atividades ou o seu ramo de comércio ou indústria, se utilizem de uma mesma marca.
 - d) A proteção legal ao direito de marcas não se estende às indústrias agrícolas e extrativas.
 - e) A falsa indicação de proveniência do produto não configura, no direito de marcas, qualquer ilicitude, desde que devidamente registrado o original.
57. A licitação pública é dispensável, nos termos da Lei n. 8.666/93, em sua redação atual:
- a) Na celebração de contrato de programa com ente da Federação para prestação de serviços públicos de forma associada, nos termos do autorizado em contrato de consórcio público.
 - b) Para aquisição de materiais que só possam ser fornecidos por representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca.
 - c) Para aquisição de bens ou serviços por intermédio de organização internacional.
 - d) Para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica ou pela opinião pública.
 - e) Para o fornecimento de bens e serviços, produzidos ou prestados no País, que envolvam, cumulativamente, alta complexidade tecnológica e defesa nacional.
58. Acerca das entidades que compõem a Administração Pública é **correto** afirmar:
- a) O consórcio público com personalidade jurídica de direito público integra a administração indireta de todos os entes da Federação consorciados.
 - b) As empresas públicas criadas para o desempenho de atividade econômica relevante poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às empresas do setor privado.
 - c) As sociedades de economia mista somente poderão ser constituídas para exploração de atividade econômica pelo Estado, quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.
 - d) Somente por lei específica poderá ser criada empresa pública incumbida da prestação de serviços públicos.
 - e) Compete à Justiça Federal processar e julgar as causas em que sociedade de economia mista federal for interessada na condição de autora, ré, assistente ou oponente, exceto as de falência, acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho.
59. A utilização coativa da propriedade particular pela Administração, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano, prevista como forma de intervenção do Estado na propriedade na Constituição da República, é instituto denominado:
- a) Encampação.
 - b) Retrocessão.
 - c) Ocupação Temporária.
 - d) Requisição.
 - e) Desapropriação.

60. Considere as seguintes assertivas:

- I. A descentralização administrativa por outorga ocorre quando o Estado cria uma entidade com personalidade jurídica própria e lhe transfere, por lei, a titularidade e a execução de determinado serviço público ou de utilidade pública.
- II. Existe descentralização quando as atividades são distribuídas de um centro para setores periféricos, dentro da mesma entidade.
- III. A instituição de uma Secretaria de Estado constitui exemplo típico de descentralização administrativa.
- IV. Extinto contrato administrativo de concessão de serviço público, haverá a imediata assunção do serviço pelo poder concedente, o que autoriza a ocupação das instalações e a utilização de todos os bens reversíveis.

De acordo com a teoria dos serviços públicos, Está (ão) **correta (s)**:

- a) Apenas a assertiva II.
- b) Apenas as assertivas II e III.
- c) Apenas a assertiva III.
- d) Todas as assertivas.
- e) Apenas as assertivas I e IV.

61. O uso de terrenos públicos, remunerado ou gratuito, por tempo certo ou indeterminado, como direito real resolúvel para fins específicos de urbanização, industrialização, edificação, cultivo da terra ou outra utilização de interesse social, é denominado:

- a) Concessão de uso de bem público.
- b) Permissão de uso de bem público.
- c) Autorização de uso de bem público.
- d) Concessão de direito real de uso.
- e) Arrendamento.

62. Assinale a alternativa **correta** segundo a mais recente jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral e a lei:

- a) O uso de *outdoors* na propaganda eleitoral é proibido durante toda a campanha, exceto nos comitês dos candidatos.
- b) Candidatos que tenham obtido registro perante a Justiça Eleitoral podem realizar propaganda paga no rádio ou na televisão até setenta e duas horas antes do pleito, em inserções de no máximo 30 segundos por dia.
- c) Em razão da autonomia constitucional o partido político é o responsável pela propaganda partidária que pode ser divulgada com máxima liberdade, sendo vedadas apenas a exibição de recursos que falseiem a verdade ou ofensas pessoais, permitidas, porém, a propaganda de candidatos a cargos eletivos ou a participação de filiados a outros partidos.
- d) Candidato que seja apresentador ou comentarista de programa de televisão ou de rádio deve se afastar de suas atividades até no máximo cento e vinte dias antes do pleito, sob pena de inelegibilidade.
- e) Nas eleições municipais quaisquer dos juízes de determinado município pode exercer o poder de polícia relativamente à propaganda eleitoral, cabendo aos juízes auxiliares do Tribunal Regional Eleitoral respectivo o processamento e julgamento das representações relativas à matéria.

63. Assinale a alternativa **correta**:

- a) Por crimes cometidos no exercício da atividade eleitoral, dada a qualidade federal da Justiça Eleitoral, Juízes e Promotores Eleitorais respondem perante o Tribunal Regional Federal respectivo.
- b) Compete ao respectivo Tribunal de Justiça designar os juízes eleitorais de primeiro grau, bem como os que compõem o Tribunal Regional Eleitoral nas classes de Desembargador e Juiz de Direito.
- c) Os membros das Juntas Eleitorais são escolhidos pelo Juiz Eleitoral da respectiva Zona Eleitoral e nomeados pelo Tribunal Regional Eleitoral.
- d) Os juízes eleitorais, Tribunais Regionais Eleitorais e Tribunal Superior Eleitoral têm competência para responder a consultas em tese sobre matéria eleitoral.
- e) A competência para processar e julgar ação de impugnação de mandato eletivo em eleições estaduais e federais é originária do Tribunal Regional Eleitoral respectivo; sendo promovida contra o mandato do prefeito municipal diplomado, a competência é do Juiz Eleitoral de primeiro grau.

64. Assinale a alternativa **correta**:

- a) Em processos e recursos eleitorais não criminais é dispensável a participação do advogado, podendo os partidos, coligações ser representados por seus presidentes.
- b) Em ação de impugnação de mandato eletivo, as coligações são legitimadas ativa e passivamente, sendo litisconsorte passivo necessário o candidato a vice, eleito na chapa impugnada.
- c) Na ausência de regramento próprio, a jurisprudência assentou que, tratando-se de ação de impugnação de mandato eletivo, são legitimadas ativamente para a causa as mesmas pessoas legitimadas para a investigação judicial eleitoral.
- d) Depois de encerrado o prazo legal de convenções partidárias só é possível registrar novos candidatos no caso de desistência ou morte dos já registrados, mediante nova escolha em convenção suplementar.
- e) Cada partido ou coligação pode registrar candidatos até o total do número de lugares a preencher na Câmara dos Deputados, Assembléia Legislativa ou Câmara Municipal.

65. Assinale a alternativa **correta**:

- a) Na Justiça Eleitoral não há pagamento de custas processuais.
- b) Quando o Código Eleitoral não indica expressamente no tipo penal, presume-se que a pena mínima de detenção é de quinze dias e a de reclusão é de um ano, nos crimes nele previstos.
- c) Nos crimes eleitorais cometidos pela imprensa, aplicam-se, além do dispositivo que estabelece o tipo, as regras da Lei de Imprensa.
- d) É vedada a divulgação de pesquisa eleitoral a partir do décimo quinto dia anterior até as 18 (dezoito) horas do dia do pleito.
- e) Os recursos contra sentença em investigação judicial eleitoral ou em representação por violação da Lei Eleitoral – Lei 9.504, devem ser interpostos no prazo de 3 (três) dias.

66. De acordo com a Constituição da República, o ICMS incidirá:

- a) Sobre operações que destinem a outros Estados petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados.
- b) Sobre operações relativas à energia elétrica.
- c) Sobre o ouro, quando definido em lei como ativo financeiro.
- d) Sobre operações que destinem mercadorias para o exterior.
- e) Nas prestações de serviços de comunicação, nas modalidades de radiodifusão sonora de sons e imagens de recepção livre e gratuita.

67. Assinale a alternativa **correta**, de acordo como o Código Tributário Nacional:
- A definição legal do fato gerador é interpretada considerando-se a validade jurídica dos atos praticados pelos contribuintes.
 - A solidariedade tributária comporta benefício de ordem.
 - Interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre outorga de isenção.
 - A restituição de tributos que comportem, por sua natureza, transferência do respectivo encargo financeiro, será feita, em qualquer caso, ao responsável pelo seu pagamento.
 - As convenções particulares, relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos, podem ser opostas à Fazenda Pública.
68. Considere as seguintes assertivas:
- O parcelamento, o depósito parcial e a concessão de liminares em mandado de segurança suspendem a exigibilidade do crédito tributário.
 - Pode-se compensar créditos tributários do sujeito passivo contra a Fazenda Pública, mediante aproveitamento de tributo, objeto de contestação judicial pelo sujeito passivo, deferido através de medida liminar.
 - A isenção e a anistia excluem o crédito tributário.
 - O crédito tributário não integralmente pago no vencimento é acrescido de juros de mora, seja qual for o motivo determinante da falta, que serão calculados à taxa de 1% (um por cento) ao mês, se a lei não dispuser de modo diverso.
- De acordo com o Código Tributário Nacional, estão **corretas**:
- Apenas as assertivas II, III e IV.
 - Apenas as assertivas I, III e IV.
 - Apenas as assertivas II e III.
 - Todas as assertivas.
 - Apenas as assertivas III e IV.
69. Sobre a Suspensão da Exigibilidade do Crédito Tributário é **correto** afirmar:
- Tanto a moratória, como o parcelamento, para serem atingidos, reclamam do sujeito passivo a obediência aos requisitos da lei que autorizou o benefício.
 - O depósito somente suspende a exigibilidade do crédito tributário se for integral e em dinheiro (Súmula 112, do STJ) e somente poderá ser levantado, ou convertido em renda, após o trânsito em julgado da sentença (Súmula 18, do TRF da 4ª Região).
 - As reclamações e os recursos administrativos são os modos pelos quais o contribuinte exterioriza seu inconformismo, sem correr o risco de vir a sofrer execução fiscal enquanto não julgadas definitivamente.
 - A medida liminar em mandado de segurança afasta (suspende) o ato impugnado até o final julgamento, para evitar danos irreparáveis ou de difícil reparação.
- Todas as proposições estão incorretas
 - As proposições III e IV estão corretas
 - Todas as proposições estão corretas
 - As proposições II e IV estão corretas
 - Nenhuma das alternativas acima.
70. A ação cautelar fiscal, instituída pela Lei nº 8.397/92, poderá ser requerida contra o sujeito passivo tributário, quando o devedor:
- Sem domicílio certo, intenta ausentar-se ou alienar bens que possui ou deixa de pagar a obrigação no prazo fixado.
 - Contraí ou tenta contrair dívidas que comprometam a liquidez do seu patrimônio.
 - Possui débitos, inscritos ou não em Dívida Ativa, que somados ultrapassem 50% do seu patrimônio conhecido.
 - Caindo em insolvência, aliena ou tenta alienar bens.
- Todas as proposições estão incorretas.
 - Só as proposições I e IV estão incorretas
 - Só as proposições I, II e IV estão corretas.
 - Só as proposições III e IV estão corretas.
 - Nenhuma das alternativas anteriores.

71. Assinale, dentre as alternativas abaixo, a **correta**:

- a) O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado pertence à coletividade e, por ser passível de mensuração para efeitos indenizatórios, possui como característica essencial a disponibilidade.
- b) Nas ações civis públicas de reparação ambiental, a prescrição é fixada pelo art. 206, § 3º, V, do CC/2002, ocorrendo em 3 (três) anos.
- c) As restrições de uso de propriedade particular impostas pela Administração Pública, para fins de proteção ambiental, constituem desapropriação direta, devendo a indenização ser pleiteada mediante ação de natureza real, cujo prazo prescricional é quinquenal.
- d) Nas ações civis públicas de reparação ambiental, a prescrição ocorre em 10 (dez) anos, conforme o art. 205 do CC/2002.
- e) A noção tradicional de prescrição não se coaduna com a tutela dos direitos transindividuais ambientais, sendo impróprio invocar regras de prescrição próprias do direito privado.

72. Assinale a resposta **INCORRETA**:

- a) Não se pode falar em qualquer direito adquirido na exploração das áreas de preservação permanente, porquanto, após a Constituição da República de 1988, o direito de propriedade só é reconhecido se cumprida à função social ambiental.
- b) Compete à União, Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre matéria ambiental, cabendo aos Municípios, contudo, suplementar a legislação nos assuntos de predominante interesse local.
- c) A responsabilidade pela recomposição da vegetação em áreas de preservação permanente ou reserva legal é imposta ao proprietário ou possuidor da gleba, mesmo sendo um terceiro o autor do desmatamento, uma vez que a obrigação de preservação possui caráter real (*propter rem*).
- d) Aos Municípios é outorgada a competência para legislar em matéria ambiental, sendo-lhes lícita a possibilidade de ampliar ou reduzir a delimitação das áreas guarnecidas de acordo com a realidade local.
- e) Os princípios jurídicos ambientais podem ser implícitos, decorrentes do sistema constitucional, ou explícitos, que estão claramente escritos nos textos legais e na Constituição da República Federativa do Brasil, sendo ambos dotados de positividade.

73. A respeito dos princípios do direito ambiental, considere as afirmativas:

- I. A operacionalidade do princípio do poluidor-pagador implica a adoção de alguns aspectos do regime jurídico da responsabilidade civil, como a modalidade objetiva e prioridade da reparação específica do dano.
- II. O princípio democrático assegura a participação de todos os cidadãos na elaboração das políticas públicas ambientais, sendo materializado por instrumentos processuais e procedimentais, dentre esses o estudo prévio de impacto ambiental.
- III. O princípio da prevenção ou prudência orienta que as intervenções no meio ambiente devem ser evitadas antes de se ter certeza de que não serão prejudiciais, ao contrário do princípio da precaução, que se aplica a impactos já conhecidos e informa tanto o licenciamento ambiental como os estudos de impacto ambiental.
- IV. O princípio da proporcionalidade ambiental determina que todas as implicações de uma intervenção no meio ambiente devem ser sopesadas, devendo ser adotada a solução que concilie um resultado globalmente positivo. Seguindo esse raciocínio, na implementação do programa nacional de biocombustível deve haver um balanço prévio entre o impacto causado pelas imensas zonas de cultura necessárias para a produção em larga escala do produto e a redução das emissões de carbono na atmosfera, a fim de concluir se ao final haverá benefícios ao meio ambiente.

Está **correto** o que consta apenas nas afirmativas:

- a) I e II
- b) Todas estão corretas.
- c) I, II e III
- d) III e IV
- e) II, III e IV

74. Márcio é proprietário de um imóvel tombado, conhecido pela comunidade como “Sobrado do Barão”, porquanto serviu de residência de um nobre importante para a instalação e desenvolvimento da região onde mora. Ocorre que, por falta de manutenção, o referido imóvel desabou, ficando completamente destruído, o que causou grande comoção na localidade.

Considerando a hipótese em referência, considere as afirmativas:

- I. É possível restituir especificamente o dano material causado.
- II. Para a reparação do dano material será necessário realizar um estudo prévio de impacto ambiental, a fim de restabelecer o *status quo ante*.
- III. A partir da Constituição da República passou-se a adotar uma visão global do meio ambiente, ampliando-se a gama de bens a serem protegidos, abrangendo o meio ambiente natural e cultural, contudo, no caso em foco, inexistente dano moral coletivo a ser reparado.
- IV. A conservação do bem tombado cabe ao proprietário, ainda que não disponha dos recursos necessários para tal encargo.

Está **correto** o que consta apenas em:

- a) Todas estão incorretas
- b) II, III e IV
- c) Somente II e III
- d) Todas estão corretas
- e) I, II e III

75. Segundo o ECA o vínculo da adoção:

- I. Constitui-se por sentença judicial, que será inscrita no Registro Civil mediante mandado do qual não se fornecerá certidão.
 - II. O mandado judicial, que será arquivado, cancelará o registro original do adotando.
 - III. Nenhuma observação sobre a origem do ato poderá constar nas certidões de registro.
 - IV. A critério da autoridade judiciária poderá ser fornecida certidão para a salvaguarda de direitos.
- a) Todas as proposições estão corretas.
 - b) Só a proposição I é incorreta.
 - c) Todas as proposições estão incorretas.
 - d) Só as proposições I e II estão corretas.
 - e) Só a proposição II é correta.

76. São atribuições do Conselho Tutelar:

- I. Delegar à autoridade policial ou administrativa competente, nos casos de ato infracional, a execução das medidas cabíveis.
 - II. Atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos arts. 98 a 105 do ECA, aplicando as medidas previstas nos art. 101, I a VII do citado diploma legal.
 - III. Representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.
 - IV. Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente.
- a) Só a proposição II está incorreta.
 - b) Todas as proposições estão corretas.
 - c) Só as proposições II, III e IV estão corretas.
 - d) Todas as proposições estão incorretas.
 - e) Só a proposição III está correta.

77. Assinale a alternativa **INCORRETA**. Nos procedimentos afetos à Justiça da Infância e da Juventude fica adotado o sistema recursal do Código de Processo Civil com suas alterações posteriores, com as seguintes adaptações:
- a) Em todos os recursos, salvo o de agravo de instrumento, o prazo para interpor e para responder será sempre de dez dias.
 - b) Os recursos serão interpostos independentemente de preparo.
 - c) Os recursos terão preferência de julgamento e dispensarão revisor.
 - d) Será de quarenta e oito horas o prazo para a extração, a conferência e o conserto do traslado.
 - e) A apelação será recebida no seu efeito devolutivo. Será também conferido efeito suspensivo quando interposta contra sentença que deferir a adoção por estrangeiro e, a juízo da autoridade judiciária, sempre que houver perigo de dano irreparável ou de difícil reparação.
78. Assinale a alternativa **correta**, considerando a Divisão e Organização Judiciárias de Santa Catarina:
- a) Região Judiciária é o agrupamento de Seções Judiciárias, que por sua vez é o agrupamento de Subseções Judiciárias.
 - b) Compete aos Juízes de Direito de Segundo grau, dentre outras tarefas, atuarem no Tribunal de Justiça substituindo Desembargador e cumulativamente exercer a função de Juízes-Corregedores, ou compor Turmas de Recursos do Juizado Especial.
 - c) Na ausência eventual do Juiz titular, caberá a qualquer Juiz Substituto vitalício apreciar pedidos cíveis e criminais de natureza urgente, vedado o exame de matérias urgentes ao Juiz Substituto não vitalício que não tenha sido expressamente designado por ato do Presidente do Tribunal de Justiça.
 - d) A carreira da magistratura de primeiro grau é composta em quatro níveis.
 - e) Atualmente todos os municípios que não são sede de comarcas são denominados, para fins de divisão judiciária, “comarcas não-instaladas.”
79. De acordo com a legislação de Divisão e Organização Judiciárias de Santa Catarina, é **correto** afirmar:
- a) A Justiça de Paz é composta de cidadãos eleitos diretamente, bacharéis em Direito, empossados perante o Juiz de Direito da Vara dos Registros Públicos, que têm competência para habilitação e celebração de casamentos e atribuições conciliatórias em matéria cível e criminal.
 - b) A substituição eventual do Juiz de Direito Diretor do Foro é feita pelo Juiz de Direito Vice-Diretor do Foro, que é o juiz imediatamente mais antigo na entrância.
 - c) As Turmas de Recursos podem ser compostas, quando necessário, por juízes de qualquer entrância, desde que igual ou superior à do juiz prolator da decisão recorrida.
 - d) Atualmente há, com competência em todo o estado de Santa Catarina, um cargo de Juiz-Auditor e um de Juiz-Auditor Substituto.
 - e) O Tribunal de Justiça mantém a Academia Judicial e a Escola Superior da Magistratura de Santa Catarina – ESMESC, para aperfeiçoamento de juízes e servidores.

80. De acordo com a legislação de Divisão e Organização Judiciárias de Santa Catarina, é **correto** afirmar:
- a) O Juiz de Direito deve residir na sede da respectiva comarca, garantido, porém, o livre direito de afastamento desde que fora do horário de expediente.
 - b) O Juiz de Direito titular de comarca cuja entrância seja elevada é automaticamente promovido.
 - c) O Tribunal de Justiça de Santa Catarina possui, em seu Órgão Especial, vinte e cinco Desembargadores, com competência para processar e julgar, dentre outras matérias, ações diretas de inconstitucionalidade, representações interventivas e quaisquer mandados de segurança contra atos do Governador do Estado, do Presidente da Assembléia Legislativa ou do Presidente do Tribunal de Contas do Estado.
 - d) A *promoção* importa na movimentação vertical do Juiz na carreira, entre as diferentes entrâncias; a *remoção* importa em movimentação horizontal dentro da mesma comarca, de uma unidade para a outra; e a *opção* importa na permuta de uma unidade judiciária por outra, o que exige anuência de ambos os titulares.
 - e) São auxiliares da Justiça, na categoria de Serventuários, os Escrivães, os Tabeliães e os Oficiais de Registro Público e como auxiliares, mas fora dessa categoria, os distribuidores, os avaliadores judiciais, os contadores, os oficiais de justiça e os depositários públicos.

PÁGINA
EM
BRANCO